

## Fenaban não aceita debater testes para Covid-19 na Justiça

**Bancos dizem que aceitam negociar demandas apresentadas pelo Comando Nacional dos Bancários em mesa de negociações, mas não aceitaram o debate nesta terça-feira alegando foco na questão dos testes**



Em reunião realizada na tarde desta terça-feira (30) entre o Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) os bancos se recusaram a discutir a realização de exames de Covid-19 em todos os bancários do Brasil com base na decisão da Seção Especializada de Dissídios Coletivos do Tribunal à Ação Civil Pública, que concedeu liminar ao Sindicato dos Bancários de Guaratinguetá determinando a realização dos testes. Os bancos, porém, aceitam debater a demanda pelos exames feita pelo Comando dos Bancários em mesa de negociações. Os

bancos ficaram de dar a resposta ao Comando em até 24h.

“Nos surpreendemos com a postura da Fenaban. Nossas demandas apresentadas em mesa são anteriores à judicialização do tema e não temos como aceitar tal justificativa. Por isso, insistimos na cobrança da resposta dos bancos, que aceitaram voltar à mesa de negociações a partir de nossa demanda”, explicou a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira, que é uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários.

## Cláusula 29 da CCT

O Comando Nacional dos Bancários voltou a cobrar o cumprimento da cláusula 29 da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, que está sendo descumprida pelos bancos Santander e Bradesco. A Fenaban não respondeu essa demanda, alegando que estava focada no assunto do teste.

A cláusula 29 da CCT dos bancários trata da complementação de auxílio doença previdenciário, surgidos após alterações nas regras da concessão de benefícios previdenciários –conforme a lei 13.982– que garante somente o direito a uma antecipação do auxílio doença no valor de um salário mínimo mensal por três meses (1.045,00), durante a pandemia.

“Nós já havíamos colocado urgência desta pauta. Bancários estão passando necessidades devido ao não cumprimento desta cláusula por estes dois bancos. Deixamos claro que eles têm que responder isso rapidamente, se não

os bancários e os sindicatos ficarão livres para cobrar o cumprimento da convenção coletiva, inclusive na Justiça”, disse Juvandia.

“A cláusula impõe aos benefícios complementares o valor já recebido do INSS, como também adiantar o auxílio-doença enquanto este não é pago pela previdência”, afirmou Mauro Salles, secretário de Saúde da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

Para o dirigente da Contraf-CUT, o espírito da cláusula é inequívoco: a intenção de assegurar a irredutibilidade dos salários em momento de incapacidade laborativa, justamente quando se encontra em condição de vulnerabilidade. “Com a Covid-19, aumenta a necessidade dessas garantias, pois muitos bancários estão sendo acometidos pela doença e precisam dessa tranquilidade de não perder renda”, disse.

A Fenaban ficou de dar um retorno sobre as reivindicações do Comando em até 24 horas.

FONTE: CONTRAF

# CNTSS/CUT e sindicatos repudiam abertura de agências do INSS em meio pandemia

**Entidades divulgam nota contra a proposta de abertura das Agências do INSS neste momento de pandemia do Covid-19**



A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT) – e seus Sindicatos dos Servidores Públicos Federais divulgaram Nota Técnica em que manifestam

a posição contrária à iniciativa do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social de retorno ao trabalho presencial proposto para acontecer ainda em julho. O documento menciona que as APSs – Agências da Previdência Social e as Gerências-Executivas não estão adequadas para o retorno do atendimento neste momento de forte crise sanitária causada pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

A Nota destaca que os espaços físicos destas unidades de trabalho não estão preparados para este novo momento de pandemia no que diz respeito a sua infraestrutura físico-sanitária. Há ainda os aspectos de segurança

do trabalho, como falta de EPIs – Equipamentos de Proteção Individual nos padrões da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, insumos e produtos de higienização. A falta de protocolos que garantam as seguranças dos servidores e dos beneficiários é outro ponto criticado pelos trabalhadores.

O documento reitera sua posição manifestada

em reuniões com a direção do Instituto, sendo a última realizada em 18 de junho e que contou com a presença do presidente do INSS, Leonardo Rolim. Os trabalhadores também cobram que seja definida uma política de testagem permanente destes servidores para identificação da contaminação ou não pelo Covid-19. Veja abaixo a íntegra do texto e as justificativas apresentadas pelos trabalhadores:

## **NOTA TÉCNICA DA CNTSS/CUT SOBRE A DECISÃO DO GOVERNO DE ABERTURA DAS AGÊNCIAS DO INSS**

A CNTSS/CUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social, entidade representante dos profissionais das áreas da Saúde, Assistência e Previdência Social, dos setores público e privado, e seus Sindicatos filiados do Setor Federal, representantes dos servidores deste segmento, reiteram, por meio deste documento, suas denúncias desencadeadas por constatação factual de que as unidades do INSS – Instituto Nacional de Seguro Social que realizam atendimento presencial não apresentam as condições necessárias de infraestrutura e de segurança sanitária que estabeleçam as garantias de saúde de seu quadro de profissionais e dos beneficiários do sistema neste período de forte expansão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

As APSs – Agências da Previdência Social e as Gerências-Executivas, locais de atendimento presencial dos usuários do sistema, não apresentam condições físico-estruturais adequadas para as acolhidas corretas e seguras dos beneficiários e trabalhadores do Instituto neste momento de forte crise sanitária em decorrência da pandemia. Os ambientes são, em sua maioria, fechados e mal ventilados ou possuem sistema de ar condicionado central, condições extremamente favoráveis para a expansão da contaminação pelo vírus. As condições sanitárias das unidades são inadequadas e não garantem a segurança para o atendimento da população idosa que frequenta esses espaços, considerada como grupo de risco pelas autoridades de saúde.

As mesmas inadequações são percebidas nos aspectos de segurança do trabalho, quando se observa que não há EPIs – Equipamentos de Proteção Individual em quantidades adequadas e que respeitem os padrões definidos pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e também insumos e produtos de limpeza e higienização capazes de garantir os cuidados necessários para os trabalhadores durante o processo de atendimento. Outro ponto importante é que ainda não há protocolos que estabeleçam as novas formas de atendimento e que respeitem as normas de distanciamento físico indicadas pelas autoridades sanitárias. Outro fator de grande preocupação dos trabalhadores e suas entidades representativas tem sido o cuidado para preservar o servidor que se encontra dentro da classificação do grupo de risco na pandemia.

Tendo em vista os aspectos apresentados, a Confederação e seus Sindicatos filiados representantes dos Servidores Públicos Federais reiteram seus firmes posicionamentos contrários ao retorno do atendimento presencial nas unidades do INSS, enquanto a crise

pandêmica estiver em ascensão, fato que, infelizmente, ainda é comum nas Regiões do país e que tem levado à contaminação e óbito por Covid – 19 um número impensável de trabalhadores essenciais e de cidadãos brasileiros. Preservar as vidas dos servidores e usuários do sistema tem que ser ponto central nas preocupações dos poderes públicos, em especial da direção do INSS. Não há, neste momento, a mínima condição do retorno dos servidores aos locais de trabalho.

A preservação do direito do usuário do sistema é outro ponto de destaque presente nas discussões realizadas com a direção do INSS. A CNTSS/CUT reafirma sua denúncia de que há um número expressivo de cidadãos brasileiros que não possui acesso às redes digitais, único modo que o INSS permite hoje o atendimento aos beneficiários, o que prejudica enormemente as condições para que estes contribuintes possam ter garantidos seus direitos. Muitos beneficiários não têm conhecimentos adequados das ferramentas e dos sistemas para preenchimento dos formulários que lhes dão as condições de acessarem seus benefícios. Outra questão dramática tem relação com a falta de pagamento do benefício oriundo de acidente de trabalho, pois não está ocorrendo a perícia presencial. É absurdo que o trabalhador vitimado por um acidente de trabalho não possa ter acesso aos recursos e aos benefícios assistenciais que lhes são garantidos.

Informamos que continuaremos atuando no trabalho remoto buscando reduzir a fila virtual e resolver os problemas que podem ser resolvidos desta forma, pois ainda há uma grande demanda. Propomos que a perícia avance no campo da telemedicina e resolva alguns atendimentos de forma virtual. Acreditamos que o INSS pode recepcionar todos os pedidos, com base em autodeclaração e laudos médicos, e estudar formas de antecipação, como já vem fazendo com o auxílio doença, pena que só por um mês, embora a Lei permita três meses.

Reafirmamos nossos compromissos com a Previdência Social Pública, calcada no princípio da solidariedade, e com a população usuária destes serviços. Definimos que continuaremos com o teletrabalho e que não voltaremos ao atendimento presencial por respeito aos segurados e às nossas vidas e de nossos familiares. Qualquer orientação de retorno ao trabalho presencial tem que assegurar que todas as medidas de segurança sanitária e de adequação dos espaços de atendimento sejam garantidas. Neste sentido, a CNTSS/CUT apresentou ao presidente do INSS, Leonardo Rolim, o estudo “Protocolo de Segurança – Procedimentos de Prevenção e de Controle da Covid -19 no Trabalho”. Este importante documento é resultado de um processo coletivo envolvendo os trabalhadores do Instituto, com apoio de especialista da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco e de engenheiro químico e de segurança do trabalho.

Norteados pelos princípios de segurança sanitária estabelecidos pela OMS – Organização Mundial de Saúde e o Ministério da Saúde, o documento procura preservar os trabalhadores e os beneficiários do INSS das possíveis formas de contaminação ao Covid-19 quando da retomada ao trabalho presencial. Em reunião realizada em 18 de junho último, o presidente do INSS se comprometeu a levar o estudo a seu quadro técnico para que se estabeleça um Grupo de Trabalho para análise conjunta deste material e o que vem sendo discutido pelo Instituto. Também na ocasião, a CNTSS/CUT reafirmou que não abre mão da adoção de protocolo de segurança para o retorno ao trabalho presencial. Por fim, foi cobrado que seja estabelecido o procedimento de testagem permanente dos servidores quando da volta aos locais de trabalho.

**Fonte: CUT**

# Após aposentadoria por invalidez, Guedes vai cortar lista do auxílio-doença

**Grupo de trabalho estudará lista de doenças que excluem a exigência de carência para a concessão de benefício por incapacidade temporária**



Os ministérios da Economia e da Saúde criaram um grupo de trabalho para diminuir a lista de doenças que excluem a exigência de carência para a concessão de benefício por incapacidade temporária ou permanente aos segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

A portaria com a determinação foi publicada nesta terça-feira (30/06) no Diário Oficial da União (DOU). É a segunda medida do tipo em dois dias. Nesta segunda-feira (29/06), o governo criou um grupo para diminuir a lista de doenças passíveis de aposentadoria por invalidez.

As possíveis mudanças ocorrerão na Lei nº 8.213, de julho de 1991. Os textos são assinados pelos ministros Paulo Guedes e general Eduardo Pazuello.

O auxílio-doença é um benefício por incapacidade devido ao segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que comprove,

em perícia médica, estar temporariamente incapaz para o trabalho em decorrência de doença ou acidente. Ou permanentemente incapacitado.

O grupo irá mexer nas balizas construídas em agosto de 2001. O governo pretende elaborar as novas diretrizes em 180 dias, prazo que excepcionalmente poderá ser prorrogado por mais 30 dias. O grupo entregará aos ministros um relatório com a “proposição de encaminhamentos”, ou seja, o que deve ser alterado.

A coordenação do Grupo de Trabalho cabe à Subsecretaria da Perícia Médica Federal da Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

## **Aposentadoria por invalidez**

Nesta segunda-feira, Guedes e Pazuello iniciaram o processo para revisar a lista de enfermidades e afecções que autorizam o pagamento de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

A legislação aponta algumas enfermidades que isentam a carência para o benefício de auxílio-doença, como tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, esclerose múltipla, hepatopatia grave, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, entre outras.

Fonte: Metropoles

# Pandemia não inventou a desigualdade, mas enriqueceu alguns e empobreceu bilhões

**“Estamos na mesma tempestade, no mesmo furacão. Só que uns têm barco, outros têm terra firme, outros têm salva-vidas meia-boca, muitos estão tentando nadar”, afirmou o secretário-geral do IndustriALL**



Fila do auxílio-desemprego nos Estados Unidos: 40 milhões de excluídos a mais. Enquanto isso, algumas empresas enriqueceram

A desigualdade econômica e social não surgiu com a pandemia do coronavírus, mas sua superação passa pela contribuição dos beneficiados com a crise, afirma o secretário-geral do IndustriALL, o brasileiro Valter Sanches. Em entrevista na manhã desta quinta-feira (2) a Glauco Faria, na Rádio Brasil Atual, Sanches falou de Genebra, sede do sindicato global, que representa mais de 50 milhões de trabalhadores em 140 países, avaliou os impactos da crise sanitária e observou que

aqueles que se beneficiaram da situação precisam agora dar sua parcela para iniciar um processo de recuperação.

Sanches usa uma expressão recorrente neste período, de que todos estão “no mesmo barco”, para fazer uma ressalva. “Estamos na mesma tempestade, no mesmo furacão. Só que uns têm barco, outros têm terra firme, outros têm salva-vidas meia-boca, muitos estão tentando nadar”, comparou. “Esse é o efeito perverso da pandemia, porque a desigualdade

não foi inventada pelo coronavírus, já vinha sendo o problema do planeta. Essa crise, que vem se somar à emergência ambiental, social, só aprofundo as desigualdades”, avalia o secretário-geral do IndustriALL.

O jornalista cita como exemplo a Amazon, cujo dono, Jeff Bezos, engordou seu patrimônio em US\$ 24 bilhões nos primeiros quatro meses do ano, enquanto se recusava a pagar um salário mínimo/hora aos empregados. Sanches lembra que há uma discussão a respeito da criação de um imposto global sobre grandes fortunas.

“Uma série de sindicatos globais e outras organizações, como a Oxfam, vêm falando de criar um imposto global”, lembra o dirigente. “Se nós olharmos esses três a quatro meses mais agudos, os bilionários do planeta aumentaram suas fortunas em cerca de 2 trilhões de dólares. Só nos Estados Unidos, foram 500 bilhões de dólares, enquanto 40 milhões (de pessoas) foram para o desemprego”, acrescenta.

### **Confira a entrevista**

De seis a sete bilionários vêm justamente da economia digital, observa Sanches. “Recursos que estão sendo drenados do conjunto da sociedade para um pequeno número de empresas. Esse (taxação das grandes fortunas) é o caminho para a recuperação global. Sem uma fonte, vai ser mais difícil ainda.”

É um caminho, inclusive, para o próprio Estado, aponta o sindicalista. Para que os Estados possam recuperar sua capacidade de formular política industrial, oferecer serviços públicos, atrair investimentos e proporcionar condições para a criação de empregos.

O impacto da crise sobre o mundo do trabalho será ainda maior que o estimado inicialmente, lembra o entrevistador, citando dados da Organização Internacional do

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Trabalho sobre horas trabalhadas. Sanches lembra que a OIT falava em perda de até 305 milhões de empregos formais e agora já projeta 400 milhões. E o Fundo Monetário Internacional (FMI), que estimava queda de 3% no PIB global, agora já fala em -4,9%. “É um impacto brutal.”

Na América Latina, por exemplo, a OIT fala em até mais 41 milhões de pessoas excluídas do mercado. E o secretário-geral do IndustriALL afirma que enquanto a Argentina tenta se recuperar, após sofrer com políticas neoliberais até um período recente, o Brasil vem piorando as condições de trabalho.

### **Precarização não ajuda a economia**

Com 13 milhões de desempregados, o país aumenta a precarização em plena pandemia, lamenta Sanches, ressaltando apenas a aprovação do auxílio emergencial, após muita pressão social e da oposição sobre o governo. Alguns países se aproveitam de um momento de fragilidade dos trabalhadores para reduzir direitos. “Isso não vai fazer ninguém sair da crise. O que vai resolver é a economia voltar a funcionar”, afirma o dirigente, emendando um questionamento: “Qual é a política industrial para integrar o Brasil na economia global de maneira soberana?”

A parte final da entrevista foi sobre a greve nacional dos entregadores de aplicativos, ou plataformas. Sanches considerou a mobilização “um exemplo para o mundo”, de trabalhadores absurdamente como empreendedores e cujas empresas viram “explodir” seus lucros durante a pandemia. “Esses trabalhadores estão sendo fundamentais para a economia e não tem o menor reconhecimento, pelo contrário, as empresas aumentaram a exploração nesse período.”

Fonte: RBA

[www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF